Estratégia Concursos

Aula 00 (Somente em PDF)

IBAMA (Analista Ambiental - Tema 1) Socioeconomia e Licenciamento Ambiental I

Autor:
Sergio Henrique

08 de Novembro de 2022

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial. 2

1. Socioantropologia no Licenciamento Ambiental. 3

2. Conceitos Fundamentadores: Cultura, Indivíduo, Comunidade e Sociedade. 6

3. Conflitos e Movimentos Sociais. 13

3.1. Exemplos de Movimentos Sociais que visam articular as Questões Socioambientais 16

3.1.1. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) 16

3.1.2. MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) - Meio Ambiente: 17

3.1.3. Nossa missão 18

3.2. Dinâmica e Mudança Social 19

4. Exercícios. 22

5. Considerações Finais. 34

00. BATE PAPO INICIAL.

Olá querido amigo concurseiro. Está tentando ingressar no serviço público, uma área que atrai por várias razões: Tanto pela estabilidade quanto pelo viés cidadão de ocupar uma vaga de um cargo muito importante para a sociedade. São várias as motivações pelas quais você está tentando. Um salário melhor, estabilidade para cuidar da família... Enfim. São muitas coisas. E elas devem te acompanhar a todo o momento em sua preparação. É onde você encontrará **motivação** nas horas mais difíceis, quando até mesmo podemos ter a ideia absurda de desistir. A motivação é o combustível necessário para a sua preparação. Motivação associada à disciplina de estudos é a chave do sucesso.

Meu nome é **Sérgio Henrique**. Sou professor no **Estratégia Concursos** na área de ciências humanas, atuando também como professor para os exames mais seletos do país em cursos presenciais.

Motivação, Disciplina e Estratégia. É o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo a alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso. Mas fique tranquilo. O nosso conteúdo tem aulas bem distribuídas, de modo que conseguiremos ver o conteúdo bem detalhadamente, então pode conter a ansiedade. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso.

Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado. A memorização deve vir da repetição dos exercícios e do acúmulo das leituras. É a melhor forma de memorizar o conteúdo. Aos poucos e através da repetição. Para avaliações que demandam resultado a prática de questões é imprescindível e se tiver que priorizar alguma atividade, que seja a resolução e o estudo dos exercícios, mas lembre-se: o ideal é um ciclo completo: Leitura da teoria e prática dos exercícios.

Então vamos ao trabalho. É um convite aos estudos. Venha comigo.

1. SOCIOANTROPOLOGIA NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

A modernidade provocou o surgimento de fenômenos sociais como o aumento da poluição, emergência de tecnologias com uso de radiação atômica, o crescimento urbano, aumento da emissão de poluentes e consequentemente a expansão do uso de recursos naturais, que demonstrou ser bastante predatório, pois a ideia de progresso até a década de 50 estava ligada à indústria, e via o meio natural como simples fonte de matéria prima. Esses fenômenos fizeram surgir, principalmente a partir da década de 60 do século passado, novos debates que até então se limitavam à conservação da natureza, trazendo assim questões na qual envolvem a relação entre a organização da produção social e a posição dos indivíduos dentro desse processo. Esses debates colocaram a sociedade humana em uma posição de destaque, responsabilizando essa pelo surgimento dos problemas reais em relação ao meio ambiente, pois os recursos naturais têm por características a finitude e assim passa-se a questionar as necessidades e legitimidade humana no uso dos recursos naturais.

Nesse contexto as questões que envolvem os debates sobre o meio ambiente entraram em maior evidência devido à expansão das tecnologias de comunicação em massa, fato que veio a expandir os debates voltados para o tema, abarcando principalmente as contradições sociais existentes entre a organização da estrutura produtiva social e a utilização dos recursos naturais. Alguns países industrializados passaram a criar agências ou departamentos governamentais para então trabalhar com as demandas das novas questões postas. A consequência foi o aumento de pesquisas tecnológicas voltadas para as novas questões, surgimento de novas formas educacionais englobando o meio ambiente, surgimento de novas instituições e legislações visando dar respostas às novas problemáticas sociais e ambientais. Além disso, surgiram novos grupos sociais com identidades coletivas que se dispunham a se mobilizar buscando uma reorganização social em prol do meio ambiente. Contudo esses debates não chegaram a alterar a estrutura produtiva e de extração dos recursos naturais nos países mais industrializados, o que veio a ocorrer foi a criação de departamentos de governo voltados para o meio ambiente que visaram a elaboração de novas legislações e planejamentos ambientais, além disso, o aumento de tratados e organizações ambientais internacionais e o surgimento de várias organizações não-governamentais (ONG's).

A emergência de movimentações políticas, sociais e tecnológicas provocou o crescimento da conscientização social em relação às questões ambientais, tendo a nível global o aumento do número de pessoas que passaram a se dispor e se engajaram pela causa ambiental. Esse fato colocou em evidencia a figura política do **ambientalista**, aumentando assim a cobrança sobre as autoridades públicas que exigem respostas governamentais a essa dinâmica socioambiental. Essa dinâmica de nível global estimulou o movimento do conhecimento ambiental ganhando força ao se expandir para os meios acadêmicos (pesquisas científicas sobre impactos antrópicos e debates **socioantropológicos sobre a relação homem e meio**), para a sociedade civil com as ONG's(terceiro

setor) e para os meios da tecnocracia ambiental (servidores públicos de instituições criadas para lidar com a questão ambiental).

Essa expansão do fenômeno ambiental pelos diversos países veio a influenciar as agendas nacionais e nos organismos multilaterais como ONU, Banco Mundial e OCDE o que levou a realização de eventos como a **Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (1972)**, o **relatório Brundtland** e a **ECO 92** na cidade do Rio de Janeiro. Essas movimentações trouxeram novas demandas e respostas, com isso fez surgir à necessidade de um profissional específico, até então inexistente: o profissional ambiental. Assim instituições acadêmicas pelo mundo passaram a formar esses profissionais com o objetivo de desenvolver conhecimento específico visando a apropriação desses conhecimentos pelos diferentes atores sociais envolvidos com a questão ambiental, auxiliando então nas soluções dos problemas debatidos. Na ECO 92 foi lançado um documento muito importante, que absorve a nova mentalidade ecológica na busca do desenvolvimento em bases sustentáveis: A Agenda 21. É um documento da ONU que foi assinado por 179 países. É um instrumento de planejamento participativo em que a responsabilidade dos governos em impulsionar programas e projetos foi admitida. Sugerem políticas que visam a justiça social e a preservação do meio ambiente. É um importante documento de referência para planos diretores, orçamentos municipais, comunidades rurais, bairros e áreas protegidas, ou seja, **pode ser implementada pelos governos e pela sociedade.** O lema da conferência da ONU em 92 era "pensar globalmente e agir localmente". A agenda 21 parte de dois princípios fundamentais: sustentabilidade e a ideia de que as mudanças não podem ser realizadas "de cima para baixo", através de imposições, mas deve partir também do interior da sociedade.

HORA DE PRATICAR!

1. (CESPE FISCAL IBAMA 2013) O conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado inicialmente no relatório da Brundtland Commission, em 1987, intitulado Nosso Futuro Comum. Nesse relatório, produto da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, abordou-se o desenvolvimento sustentável como aquele que utiliza os recursos naturais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades.

Gabarito: Certo.

2. (CESPE FISCAL IBAMA 2013) A Agenda 21 — importante documento de referência para planos diretores e orçamentos municipais — não serve de base para comunidades rurais, bairros nem para áreas protegidas.

Gabarito: Errado

A produção de um novo conhecimento profissional ambiental veio a expandir pela sociedade um conhecimento acadêmico específico, expansão essa trabalhada por instituições internacionais que vieram a influenciar também na esfera local, podemos citar o exemplo do Greenpeace e WWF, em que fazem do **ativismo ambiental** uma atividade profissional, utilizando de meios de comunicação em massa, produzem campanhas publicitárias que visam discutir questões na qual envolvem as relações entre o social e o ambiental, tendo por objetivo **pressionar governos** e empresas, e reestabelecer novas relações com o meio ambiente. Logo o posicionamento de diferentes governos foi a de atender a nova demanda social e foram criados organismos que buscam resoluções para as questões ambientais, dessa forma criando um setor técnico burocrático voltado para a área ambiental. O ministério do meio ambiente e órgãos como o IBAMA e o **CONAMA**, e o estabelecimento de regras para a realização de grandes obras, levando em consideração o meio físico, os ecossistemas e o meio socioeconômico. Por exemplo, nos licenciamentos ambientais devem ser considerados estes fatores para a elaboração dos Estudos de Impacto do Meio Ambiente. Sobre os impactos no meio socioeconômico devem ser considerados o uso e ocupação do solo, da água e a socioeconomia, ou seja, destacar os elementos como monumentos arqueológicos, históricos e culturais das comunidades e as relações de dependência entre a sociedade local, além do potencial uso futuro dos recursos. Foi desenvolvida assim a gestão ambiental, ou seja, um conjunto de normas e procedimentos para entender, controlar e diminuir os impactos ambientais de grandes obras, tendo sempre em vista a noção de sustentabilidade.

HORA DE PRATICAR!

3. (CESPE FISCAL IBAMA 2013) Para a finalidade de licenciamento ambiental, a Resolução CONAMA n.º 1/1986 estabelece que o estudo de impacto ambiental (EIA) deverá conter o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto avaliado, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, de modo a caracterizar a situação ambiental da área antes da implantação do projeto.

Gabarito: Certo

4. (CESPE FISCAL IBAMA 2013) O sistema de gestão ambiental é definido como um conjunto de procedimentos auxiliares da organização, que tem a finalidade de entender, controlar e diminuir os impactos ambientais resultantes de atividades, produtos e(ou) serviços.

Gabarito: Certo

2. Conceitos Fundamentadores: Cultura, Indivíduo, Comunidade e Sociedade.

A complexa dinâmica existente entre os indivíduos vem a resultar no que chamamos de Sociedade, essa que pode ser entendida como um processo dialético de exteriorização, objetivação e interiorização, na qual as Instituições Sociais se apresentam como sistemas de normas que se relacionam entre si e que são fundamentais na reprodução e manutenção das formas coletivas de sentir, pensar e agir. São estruturas objetivas, construídas ao longo da história social na qual se apresentam como um fenômeno externo ao indivíduo, já que não é um único indivíduo que as constroem, mas sim o processo da dinâmica social.

As relações sociais produzidas entre os indivíduos ao longo da história remetem à existência de Instituições Sociais, essas que cumprem o papel de estruturação social caracterizada por sua normatividade, na qual de forma coercitiva estabelece regras e costumes que devem ser seguidos pelos indivíduos, estruturando assim o meio social.

A existência de uma sociedade, pressupõe a presença de Instituições sociais, essas que se voltam para a reflexão sobre as questões que envolvem o processo de socialização, na qual os autores Berger e Luckmann afirmam que "a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente". Logo devemos nos ater a como essa vida cotidiana se constrói em um meio social onde esse se caracteriza pela presença de diferentes gerações.

Para refletirmos sobre o processo de socialização vamos partir da afirmação de que nossa espécie, o *Homo sapiens,* constitui características biológicas diferentes das demais espécies, e que, devido a isso, podemos produzir elementos socioculturais que nos são exclusivos. Pensemos no caso de uma criança recém-nascida, essa que ainda não tem seu sistema biológico formado. Podemos considerar que a ideia de criança, como um ser que vive uma fase de desenvolvimento, está inserido em um contexto histórico e que assim convencionou-se a chamar essa fase de infância. A produção da história dessa criança se dará por meio de uma construção dialética com os demais membros sociais que estão ao seu redor, ou seja, familiares e demais membros que irão interagir com ela.

A linguagem é um dos principais requisitos humanos para concretizar o processo de socialização, pois através dela o indivíduo em desenvolvimento terá coordenadas sociais que proporcionará a elaboração de objetos dotados de significação, sendo assim na interação, de forma eficaz ou não na vida cotidiana, necessitamos da comunicação uns com os outros. A interação se dá no movimento das relações entre os indivíduos dentro da estrutura temporal da vida cotidiana, sendo que não estabelece somente determinações do dia a dia, mas impõe uma biografia sobre a totalidade do indivíduo. A presença de um tempo marcado pelo relógio e por um

calendário estabelece sobre o indivíduo uma rotina na vida cotidiana que conserva sobre esse seu sinal de realidade, interagindo o indivíduo com seu meio social. Assim, a repetição de ações, a rotina ou atos feitos de forma repetitiva podem vir a se tornar um padrão comportamental e por consequência naturalizado, em que todo indivíduo dentro de uma sociedade promove determinada sequência temporal, tendo nela um fim objetivo com um sentido social que ao longo de sua vivencia é por ele apreendido e interiorizado, tornando subjetivamente significativo para os demais indivíduos que o rodeiam. Nesse movimento que se cria uma dialética social.

A objetividade humana consiste no embasamento da busca por explicações racionais, essa que remete à contribuição para a explicação das relações que envolvem o indivíduo e a sociedade. Sendo cada um uma singularidade dentro do meio social, a percepção da existência desse indivíduo não pode se dar pelos sentidos, mas por meio das referências sociais de pessoas isoladas e do resultado produzidos por suas ações, não se fazendo essa de forma separada ou dual, mas sim no movimento constante entre indivíduo e sociedade.

A perspectiva do olhar dialético se apresenta com extrema importância para que possamos compreender essa relação por inteira, à extensão de sua amplitude e o movimento de sua dinâmica. O ser humano ao desenvolver sua capacidade e necessidades biológicas é levado a conviver e construir um mundo junto a outros de sua espécie. Essa relação de convívio proporciona a superação de seus limites de sobrevivência estabelecidos pela natureza, estabelecendo um processo dialético entre humano e natureza transformando juntamente sua realidade, fato o que o faz produzir a si mesmo.

Toda relação entre indivíduo e sociedade está diretamente ligada às relações práticas de uma determinada época histórica, fato que apresenta múltiplas relações e práticas produzidas e estabelecidas em cada cultura. Devido a isso a relação entre o indivíduo e seu mundo social, que é resultado de sua produção, permanece dentro de uma relação dialética atuando reciprocamente um sobre o outro.

Com isso a relação entre indivíduo e sociedade remete à construção de uma vivencia dialética em sociedade em que perpassar por três momentos, a exteriorização, a objetivação e a interiorização, não sendo essa uma sequência temporal, pelo contrário, cada parte de uma sociedade está diretamente ligada a esses três momentos que se movimentam de forma simultânea, não sendo suficiente suas análises feitas separadamente. É esse processo que gera a Socialização.

A presença de certa pluralidade de relações sociais entre indivíduos pode ser interpretada como relações direta ou indireta, em que envolvem interesses de diferentes características (econômica, social, política e cultural). Ao estabelecermos maior similitudes, objetivos, formas de pensar, posição social semelhantes a outros indivíduos, podemos afirmar que estamos inseridos e convivendo em grupo, na qual essa maior aproximação nos remete a ideia de comunidade. Logo, a ideia de comunidade pode ser definida como um agrupamento fechado de pessoas, em que pouco

ou quase nada se considera das possíveis influências e interferências, pois uma comunidade pode ser visível no lugar em que começa e onde acaba, sendo assim pequenas na dimensão em que seus limites podem ser vistos por aqueles que a integram e autossuficiente na qual venha a atender todas as necessidades de seus membros.

Para o sociólogo Zygmund Bauman,

> *"pertencer a uma comunidade significa renegar parte de nossa individualidade em nome de uma estrutura montada para satisfazer nossas necessidades de intimidade e da construção de uma 'identidade'".*

Sendo assim, a estruturação de uma comunidade perpassa pela ideia de construir mecanismos socais em que tem por objetivo manter distante aquilo que lhe é "estranho", que não foi construído por si mesma. Assim seus membros são orientados por valores e interpretações de fenômenos em que seus membros compartilham e valorizam.

A formação de uma sociedade ou comunidade sempre nos remeterá a existência de uma cultura, palavra essa derivada do latim, mais precisamente do verbo *colere* (cultivar, instruir) e do substantivo *cultus* (cultivo, instrução) o que nos remete etimologicamente à ideia de trabalho direto com o meio ambiente, em que o ser humano passa a produzir formas de manipular seu espaço físico com o objetivo de plantar diferentes culturas (trabalho agrário, plantação de alimentos). Sendo assim a existência dessa "cultura" passou a ser utilizada para fazer referência ao desenvolvimento de diferentes sociedades e comunidades, criando então certos mecanismos de exclusão e desigualdades, pois algumas visões sobre esse tema passaram a interpretar a cultura do "outro" de forma inferiorizada.

Contudo, as questões acerca desse tema ainda não chegaram a um consenso, pois dentro dos debates antropológicos existem diferentes definições sobre esse conceito. A primeira formulação desse conceito foi elaborada por Edward Burnett Tylor, um estudioso britânico, que fez a afirmação de que cultura *"é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos hábitos e aptidões a adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade"*, podendo então ser entendido como uma totalidade de nosso dia a dia dentro de nosso meio social.

Através dessa elaboração conceitual podemos afirmar que a cultura não é algo geneticamente transmitido, mas sim um resultado das vivencias, criação e acumulação de conhecimentos, costumes, leis, transformações sociais, experiências e aprendizagem entre as gerações de cada sociedade ou comunidade, sendo o ser humano produto e produtor de sua cultura.

HORA DE PRATICAR!

5. (CESPE ANALISTA ADMINISTRATIVO IBAMA 2013) O entendimento da cultura, embora importante, não é determinante para a administração das relações humanas, dos conflitos e da sobrevivência das organizações, haja vista que as relações sociais de uma empresa são reguladas por seu estatuto e seu regimento interno.

Comentários:

A cultura é um fator determinante para compreender e administraras relações humanas.

Gabarito: Errado

Nessa perspectiva, cultura aborda aquilo que está diretamente ligado à organização e estrutura social, formando então instituições que venham a influenciar diretamente na moral, ética, normas, crenças e costumes de cada sociedade, abarcando então as ideias que consistem nas concepções mentais das coisas concretas e/ou abstratas, as abstrações ligadas as ideias que levam a criação e representação das mesmas por meio de símbolos e sinais e oscomportamentos que são os modos de agir dos indivíduos em grupo.

Sendo assim, a convivência social e a criação de cultura fazem com que o ser humano venha a estabelecer determinada relação de seu modo de sobrevivência com o meio ambiente, fato que vem a produzir diferentes perspectivas sobre as questões ambientais. Após a Revolução Industrial e a consolidação do sistema capitalista de produção surgiram diferentes perspectivas de análise sobre a organização de nossa sobrevivência e as consequências para o meio ambiente. Podemos citar grupos que interpretam essa relação como algo catastrófico e apocalíptico ao mesmo tempo em que outros grupos defendem a expansão desse sistema a todo custo com as mais diversas justificativas. Logo tem-se a questão de que não se pode acabar com a pobreza, produto do processo histórico e do sistema vigente sem levar em conta a dimensão ambiental ao mesmo tempo que ocorre a necessidade de considerar a ideia de que uma política ambiental eficaz deve estar ligada a políticas de progresso social, ou seja, desenvolvimento e meio ambiente devem andar juntos.

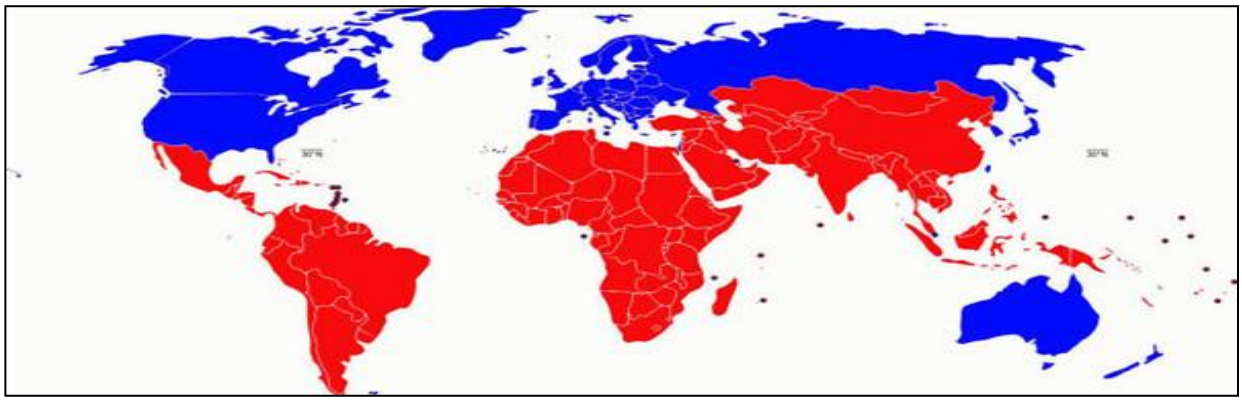
Logo devemos considerar no último século o longo movimento de construção de leis que passaram a fazer parte das constituições nacionais e das diretrizes de instituições internacionais na qual perpassam pelas esferas de desenvolvimento econômico, social, político, cultural-sustentável e humano. A proposta dessas leis se desenvolverem estimuladas pela superação da ideia de que apenas o desenvolvimento econômico seria suficiente para pôr fim aos problemas globais, fato que veio a gerar diversos argumentos que a contradizem, principalmente no pós-guerra com as

contradições entre desenvolvimento econômico e as questões ambientais geradas pela política de Estado de Bem-Estar Social dos países industrializados.

Essa dinâmica social passou também a abordar uma questão ética já que a produção industrial e o aumento do consumo dos recursos naturais afetam diretamente as condições de existências das demais gerações. Sendo assim as questões econômicas não devem mais ser analisadas pela lógica de rentabilidade empresarial, mas sim por uma visão macrossocial em que se evidenciam as externalidades sociais e ecológicas, na qual muitas grandes empresas deixam de lado. Ocorre a necessidade de se considerar não só aquilo que é lucrativo a essas empresas, mas uma utilização racional dos recursos naturais que abarquem todas as necessidades sociais.

Outra questão ligada à lógica economicista, é a elaboração da lógica em que há coincidência entre a produção macrossocial e as questões ambientais, pois aqui evidencia-se uma regulação de mercado. A lógica de mercado exige um custo social menor e um custo ambiental maior, dificultando o desenvolvimento positivo da relação entre o social e o ambiental. Sendo assim apresenta-se a necessidade da elaboração de estratégias governamentais e institucionais para garantir a sobrevivência tanto humana quanto de seu meio ambiente. Um exemplo é o programa da UNESCO nomeado de Sul-Sul de Cooperação que visa a articulação de intercâmbios nas esferas econômicas, científicas, tecnológicas e culturais entre países localizados no hemisfério sul do planeta tendo por objetivo o aproveitamento de recursos renováveis ao redor do mundo no trópico úmido.

▪



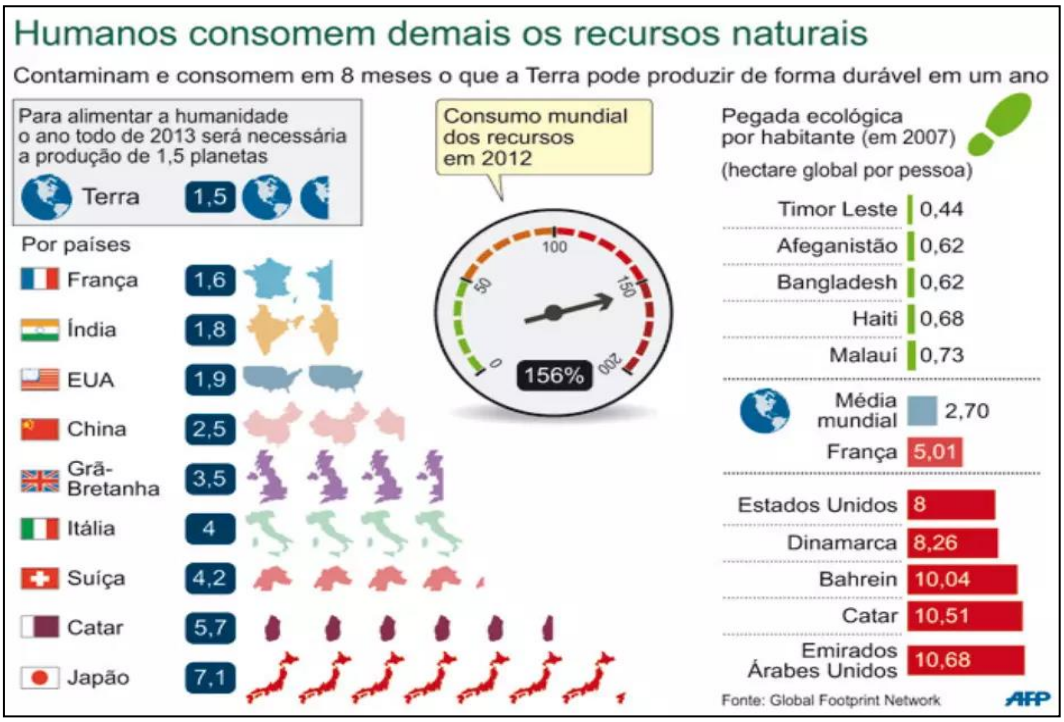
Fonte:http://eportuguese.blogspot.com.br/2013/09/12-de-setembro-dia-das-nacoes-unidas.html

PRESTE MAIS ATENÇÃO!!

Basicamente, a **cooperação Sul-Sul** inclui países da África, Ásia e América Latina, além dos pequenos países do Caribe e da Oceania.

Ao considerarmos a diversidade cultural a nível global, podemos perceber a presença de questões éticas da necessidade de compreensão da dinâmica cultual de diferentes povos, pois essa pluralidade cultural nos remete ao entendimento de como cada população se relaciona com seu meio ambiente e se estrutura socialmente, sendo esse um dos principais desafios para uma relação positiva com o meio ambiente.

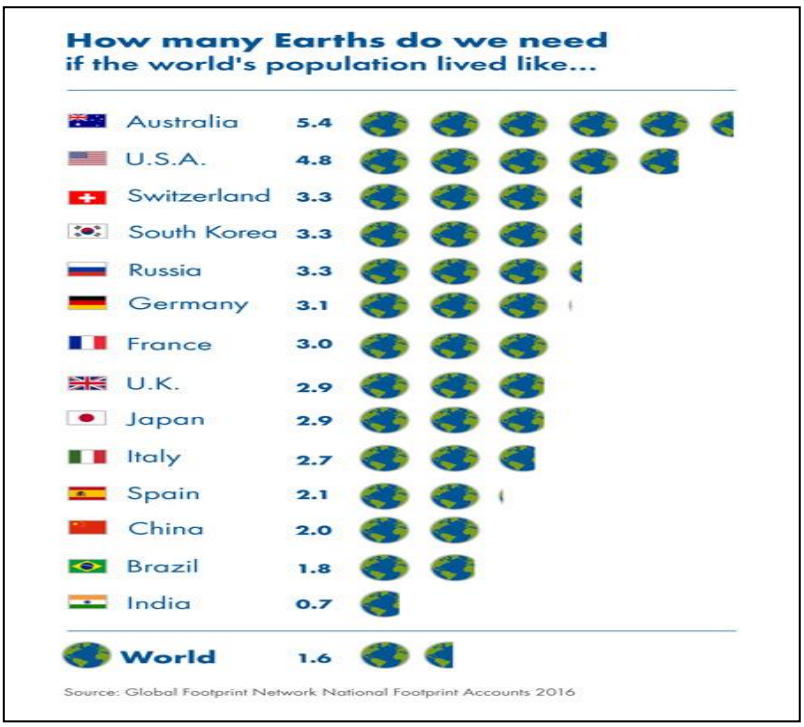
Contudo como temos visto nos últimos anos, não é possível ter a nível global um padrão de consumo semelhante aos países industrializados, questão que nos revela uma desigualdade na utilização dos recursos naturais, deixando de ser democrático e pouco ético.



https://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/terra-ja-esgotou-cota-anual-de-recursos-naturais-diz-estudo,4ec57496fe590410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html

A imagem nos mostra as diferenças existentes entre países de todo o mundo em relação a quantidade de consumo de recursos naturais. No ano de 2013 seria necessária a produção de 1,5 planetas, sendo que ao nos atermos sobre a necessidade dos países podemos perceber que aqueles com maior parque industrial estão entre os que mais consomem esses recursos, tendo por exceção China, Índia e Catar, grandes consumidores, devido ao elevado número populacional. Além disso, demonstra a "pegada ecológica", método que mede a quantidade de recursos naturais renováveis para manter nosso estilo de vida, em que através de cálculo, chega ao resultado de forma geral de tudo o que usamos para viver vem da natureza e mais tarde voltará para ela. No caso do gráfico, a diferença entre habitantes de países ricos e pobres.

Em relação ao consumo crescente, precisaríamos de uma Terra e meia para atender a nossa demanda global por recursos renováveis. Analisando por país, nós precisaríamos de 5,4 Terras se a população mundial vivesse de acordo com a da Austrália, e 4,8 Terras para viver como nos Estados Unidos. O consumo do Brasil está um pouco acima da média mundial: seria necessária 1,8 Terra para suprir o consumo de recursos se o mundo vivesse como os brasileiros.



http://www.funverde.org.br/blog/tag/recursos-naturais-natural-resource/

3. CONFLITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS.

A noção de ambientalização perpassa por diversos debates entre diferentes grupos sociais gerando com isso novas situações como a possibilidade de caracterizar processos de ambientalização específicos a determinados lugares, contextos e momentos históricos, perpassando então por questões institucionais, políticas e científicas. A relação entre essas instâncias sociais, provoca o surgimento de novas concepções a respeito da questão ambiental, na qual as relações de interesses e poder entre grupos sociais envolvidos vêm produzir visões que definem o que é benéfico ou maligno para o meio ambiente.

Dentro desse quadro, surgem novos atores sociais, como aqueles que se intitulam ou são intitulados como movimentos ambientalistas, em que por meio de discursos que envolvem a ideia de proteção ambiental passam a buscar pôr em prática suas pretensões na ocupação de espaços sociais, sendo esses políticos, econômicos, sociais e culturais. Esses novos atores são constituídos por ONG's, representações de entidades ambientalistas nacionais e globais e grupos que surgem em conjunturas sociais específicas.

Essas diferentes organizações sociais de cunho ambiental estão sempre atrelando a questão ambiental à questão das desigualdades sociais e pobreza e/ou buscando argumentos e ações capazes de responder às intenções desenvolvimentistas que visam a política de rentabilidade de capitais em nome da geração de emprego e renda, pois muitas vezes as propostas e soluções que envolvem essa temática se apresentam como obstáculo para a superação do desemprego e da pobreza. É principalmente dentro dessa questão que muitos movimentos se organizam provocando então novos debates relacionados a organização social e o meio ambiente. **Podemos considerar que esses movimentos dentro da sociedade civil compõem o terceiro setor (junto com as ONG's. Participação da sociedade civil)**.

O ambientalismo ligado diretamente ao social desperta não só interesses de movimentos ambientais, mas também em empresas que visam garantir seus lucros articulando seus interesses, se apropriando do discurso ambiental e fazendo articulações com governos, tendo como objetivo flexibilizar a legislação, diminuindo assim o controle sobre a exploração ambiental e aumentando a prática predatória. Esse fato vem a acarretar diversos problemas, como por exemplo, a construção de uma hidrelétrica sem o devido estudo do espaço/meio, pois uma obra desse porte envolve interesses das comunidades ribeirinhas que dependem diretamente da convivência com o meio ambiente. Essas empresas elaboram um discurso de "sustentabilidade" que em seu conteúdo está presente a garantia da continuidade das características sociais, culturais e produtivas dessas comunidades.

As empresas, visando garantir a expansão de seus capitais, tiveram como contraponto as primeiras ações informais (sem estruturação jurídica) de movimentos atingidos pelas políticas

econômicas. As primeiras ações desses movimentos formados por comunidades afetadas pela degradação ambiental foram a de se organizar por meio de associações e denunciar de formas variadas os impactos então sofridos pelas políticas ambientais empreendidas pelos setores industriais e agroindustriais. Podemos citar comunidades urbanas afetadas por conflitos locacionais e os efeitos das aglomerações, resultado das construções de infraestrutura e plantas industriais, e também na zona rural, pois com a expansão da lógica e atividades capitalistas, seus projetos desarticulam a dinâmica social dessas comunidades.

Com essa expansão e "flexibilização" do discurso ambiental em prol do capital, articulou-se por meio de entidades ambientais novas redes de debates tanto a nível de Brasil quanto de mundo, essas voltadas para o debate sobre a biodiversidade e mudanças climáticas, tendo como objetivo influenciar diretamente nas políticas governamentais e no debate sobre mudanças e construção de novas leis pelo legislativo.

A contradição entre o capital versus as demandas de comunidades junto as novas perspectivas ambientais deixou explícito a relação entre meio ambiente e o combate à desigualdade social trazendo então a necessidade do debate sobre justiça social. Principalmente a partir dos anos de 1980 essa questão fez surgir um novo contexto na qual criou-se eventos como o Rio 92 que veio para articular o Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, fato que buscou criar alternativas de superação ao modelo então dominante de desenvolvimento. A partir dessa conjuntura diferentes entidades e movimentos sociais articularam suas pautas tanto ambientais quanto socais visando um ativismo contra hegemônico ao capital. Podemos citar aqui o MST, o movimento dos atingidos por barragens, movimentos das periferias urbanas, os seringueiros, extrativistas e os indígenas.

Contudo, essa nova dinâmica veio a gerar nas instituições de governo e da sociedade civil um corpo técnico e administrativo profissionalizado que se propôs a captar recursos financeiros, dando margem para o surgimento da redefinição indenitária de parte daqueles que se reivindicavam movimento ambientalista, pois agora alguns setores passam a investir na esfera do direito servindoaos aparatos da burocracia das instancias ambientais dos governos e empresas, tendo como função fornecer informações, fazer perícias técnicas ou então mediar conflitos. Com isso ocorre a busca pela ocupação de espaços nas instâncias reservadas para a sociedade civil por meio de órgãos consultivos de política ambiental, onde os posicionamentos e interesses voltados ao meio ambiente se afirmam pela cientifização e tecnocracia ambiental especializada. Essas especializações servem de referência tanto para o Estado para elaboração de políticas, quanto para seu benefício próprio no momento em que usam de suas produções técnicas para executar suas políticas e interesses através de consultorias.

Essa lógica realoca vertentes dos movimentos ambientalistas no momento em que vem dar ênfase ao conhecimento técnico produzido pelas entidades profissionais colocando em jogo os debates diretos ou simbólicos do que vem a ser ou não sustentável. Esse fato estabelece a relação

de forças e interesses criando certo tendenciamento em favor do conhecimento técnico enfatizado em consultorias, dificultando outras perspectivas de análise, como as de transformação social.

Contudo essa dinâmica social que envolve diretamente as questões ambientais, na década de 1990 com o aumento das políticas neoliberais que estimulam a lógica de expansão do capital, visando alternativas para essa lógica, surge o Fórum Social Mundial, que consiste em uma proposta de espaço para se concretizar a comunicação entre os diversos movimentos sociais.

Na definição de Boa Ventura de Souza Santos:

> *"Na sua definição mais ampla, o FSM é o conjunto de iniciativas de troca transnacional entre movimentos sociais e ONGs onde se articulam lutas sociais de âmbito local, nacional ou global, travadas (de acordo com a Carta de Princípios de Porto Alegre) contra todas as formas de opressão geradas ou agravadas pela globalização neoliberal."*

O FSM não limita as discussões apenas no momento de seu acontecimento, já que são feitos Fóruns paralelos durante todo o período que antecede seu acontecimento, assim se amplia o diálogo e as propostas alternativas contra - hegemônicas.

Com a proposta de que um outro mundo é possível, o FSM através do espaço aberto aos mais diferentes grupos, abre para a concretização de uma democracia participativa, já que até mesmo os grupos que são críticos ao evento têm a possibilidade de expressar e fazer novas propostas. Sendo o objetivo uma sociedade mais justa, é preciso trabalhar com a ideia de que existem diferentes propostas epistemológicas que levam ao mesmo lugar, por isso a necessidade da Ecologia dos Saberes.

Sendo assim o FSM aparece com a proposta de buscar o diálogo entre os diferentes grupos que compõem a esfera das presenças e ausências do Estado, onde através da compreensão das escalas globais pode-se criar clivagens entre esses grupos para que se construa sem o uso da violência e a partir das necessidades que os mesmos tem como importante uma emancipação humana de forma global.

3.1. Exemplos de Movimentos Sociais que visam articular as Questões Socioambientais

3.1.1. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Fonte: ***https://www.brasildefato.com.br/node/25812/***

A nossa luta foi construindo vários legados, o exemplo contribuiu na organização de atingidos em outras partes do mundo. Com o apoio de diversas entidades realizamos em março de 1997 o 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, na cidade de Curitiba (PR). O Encontro Internacional contou com a participação de 20 países, dentre eles, atingidos por barragens e organizações de apoio. Durante o encontro, atingidos por barragens da Ásia, América, África e Europa puderam compartilhar as suas experiências de lutas e conquistas, fazer denúncias e discutir as políticas energéticas, a luta contra as barragens em escala internacional, bem como, formas de defender os direitos das famílias atingidas e o fortalecimento internacional do Movimento. Do encontro, resultou a Declaração de Curitiba, que unifica as lutas internacionais e institui o Dia 14 de Março, como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens.

Fonte: http://www.mabnacional.org.br/content/4-onda-privatiza-es-e-organiza-internacional-dos-atingidos

3.1.2. MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) - Meio Ambiente:

Não há como falar de agricultura sem levar em conta a questão ambiental. Independente do modelo agrícola que se proponha para o campo, o meio ambiente está intrinsecamente ligado. Dessa maneira, o programa agrário do MST defende uma agricultura que esteja em harmonia e que respeite o meio ambiente. Por isso que nos baseamos na matriz tecnológica da agroecologia, que busca aliar os conhecimentos ancestrais do manejo com a terra e com as sementes com a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, para que se possam produzir alimentos saudáveis em larga escala sem prejudicar as riquezas naturais.

Em contrapartida, o modelo proposto pelo agronegócio é responsável, em grande parte, pela destruição da natureza. Ao defenderem a produção de monocultivo em grandes extensões de terra, acabam com a biodiversidade, provocam desmatamentos e contaminam o solo, as águas e os alimentos com o uso excessivo dos venenos agrícolas.

Fonte: Dicionário da Educação do Campo.

Chico Mendes foi um dos mais influentes ambientalistas de sua época, e mudou o paradigma do ambientalismo internacional, ao colocar as populações diretamente afetadas por projetos de desenvolvimento como centro do debate. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e o ideólogo das "reservas extrativistas", na qual a população tradicional que habitava a floresta teria o direito de manter seu modo de vida de coleta sustentável dos produtos florestais. "A reserva extrativista é a reforma agrária do seringueiro", ele dizia. Chico também falava que ele defendia a vida dos seringueiros, então, as seringueiras e a floresta amazônica, e assim se deu conta de que estava defendendo o Planeta inteiro. Um pensamento cada vez mais atual em relação a crise ecológica que toca a todos.

Suas ideias giraram o mundo e inspiraram diversas lutas sociais. O ativismo liderado por Chico Mendes influiria na política de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial para a Ditadura, no Brasil, para construir estradas na Amazônia, mostrando que o benefício dos empréstimos atingia apenas a uma pequena elite, provocando violência e destruição ambiental. Hoje, o espaço desses organismos financeiros foi ocupado pelo BNDES.

Trecho extrai do artigo "25 anos sem Chico Mendes" in https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/25-anos-sem-chico-mendes-1140.html

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR.

3.1.3. Nossa missão

Contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta (auto-gestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo), estejam eles em lixões a céu aberto, nas ruas ou em processo de organização.

Reconhecemos ser de fundamental importância para as gerações futuras esse trabalho, e temos consciência de sua importância também para as cadeias produtivas e políticas públicas de gestão de resíduos sólidos.

Com nosso conhecimento, construído através das lutas, encontros, formações e articulações nacionais e internacionais, nos fortalecemos. Conquistamos nosso reconhecimento e valorização e estamos contribuindo para transformações de mentes, das políticas públicas e de vidas.

Hoje dialogamos com toda sociedade a necessidade do controle social na gestão dos resíduos sólidos (gestão integrada), melhorando a qualidade de vida de todas as pessoas e de gerações futuras.

É nossa tarefa lutar pelo reconhecimento, inclusão e valorização do trabalho dos catadores e catadoras, auto organizando-os em Bases Orgânicas, com independência e solidariedade da classe oprimida, lutando contra a incineração e a privatização do lixo, minimizando os impactos ambientais, aumentando a vida útil do planeta e construindo o poder popular.

Fonte: http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/o-que-e-o-movimento

3.2. Dinâmica e Mudança Social

A dinâmica e as mudanças sociais são os resultados das atividades humanas produzidas ao longo de sua história. Contudo, devemos considerar que com o advento do sistema capitalista, a velocidade das mudanças sociais veio a aumentar, trazendo novos elementos para a reflexão e compreensão da formação e estruturação dessa sociedade.

A atual conjuntura do capitalismo, que a partir da década de 1960, passou a adquirir uma forma globalizada sendo resultado do aparecimento de novas tecnologias como a computação, internet, microeletrônica, expansão dos meios de comunicação a nível global, engenharia genética, máquinas para a produção industrial e agropecuária fruto dessa globalização em que estabelece uma nova dinâmica social.

A estrutura social e produtiva do sistema capitalista globalizado elaborou um modelo de produção que estimula o consumo em massa, estabelecendo novos padrões de consumo na medida em que estimula a necessidade de construção de novos padrões sociais, assim fazendo ser necessário criar mais para consumir mais. Junto a isso os indivíduos e suas vontades (pensamentos e emoções) passam a ser estimuladas a seguirem esse padrão produzido, atrelando assim o indivíduo à lógica de consumo em massa, em que sua identidade e suas relações sociais estão diretamente ligadas aos objetos e produtos do mercado de consumo.

Essa composição do sistema capitalista veio a ganhar força a partir da crise do sistema de produção fordista já na segunda metade do século XX, período em que os lucros desse sistema baixaram, elevou-se a inflação a nível global, aumentou-se as taxas de juros, o dólar desvalorizou, ocorreu a crise do petróleo e conflitos sociais vieram a aumentar. Em decorrência desses fatores, já nas décadas de 70 e 80, veio a ocorrer a reestruturação econômica e o reajustamento político e social em que a dinâmica da produção veio se reformular ocupando novos espaços sociais, desintegrando partes da estrutura do sistema fordista até então predominante. Surgiu então uma nova dinâmica de produção dentro dos espaços sociais na qual veio a surgir o modelo denominado de acumulação flexível, fato que veio promover a restauração do estímulo e progresso do sistema capitalista.

Essa organização flexível do trabalho veio a produzir novos elementos que reformularam a dinâmica da organização social, entre esses a flexibilização do processo produtivo, do surgimento da diversidade de produtos e padrões de consumo, surgimento de serviços financeiros e mercados consumidores, novas tecnologias ligadas ao setor comercial e organizacional, novas formas de desigualdades e padrões de desenvolvimento humano, aumento do setor de serviços e a realocação de setores industriais que utilizam de estratégias para a atração de capital, uso de mão de obra barata, isenção de impostos e baixo custo em suas instalações. Junto a isso, a diminuição do espaço-tempo por meio do uso de tecnologias e uma diminuição nos espaços de luta dos sindicatos.

Essa nova dinâmica tanto produtiva quanto social iniciada nos anos 60 e fortemente difundida pelo mundo na década de 90, veio influenciar nas vidas de diferentes regiões do planeta, mercantilizando elementos culturais, em que através de uma maior mobilidade do capital estabelece uma crescente relação a nível global nos setores econômicos, políticos e sociais. Atrelado a isso o uso das tecnologias como softwares, produção de conhecimento especializado e técnico e de gestão organizacional no setor produtivo, se apresentam como novos mecanismos de informação em que passam a produzir formas de controle da vida social.

Esses novos elementos sociais tiveram como região embrionária o Japão na década de 1970, em que o modelo de produção conhecido como Toyotismo veio a estabelecer a nível global um novo padrão de produção e consumo, alterando diversas culturas. Essa nova organização surgiu com o intuito de gerar mecanismo para estímulo e crescimento do sistema capitalista, buscando maior eficiência produtiva ligada a produção sem estoque atrelada as necessidades e demandas do mercado. Sua organização está baseada nos princípios da auto ativação, que consiste na formação de um trabalhador multifuncional através de uma produção linear envolvida por postos polivalentes, e pelo *Just in Time*, que consiste em um maior rendimento do trabalho voltado para a suprir as necessidades do mercado dentro do tempo e demanda de mercado. Toda essa organização é garantida pela presença de novas tecnologias, como a automação e robotização dos sistemas produtivos, visando a diminuição de circulação do tempo e consumo do produto.

A nova organização produtiva e comercial está diretamente atrelada a uma reformulação das interações sociais, na qual ocorre a elaboração e indução de novas necessidades que junto a elas provocam a transformação cultural na dinâmica da vida social. O consumo de mercadorias sofre a mediação de questões imateriais, como o conhecimento e informação, em que se transformam na base do processo de valorização e circulação da mercadoria. Tendo a mercadoria certo tempo para circular e ser consumida, sua valorização implica diretamente em seu acesso por meio do exercício de se tornar espontâneo o consumo pelos indivíduos.

A espontaneidade do consumo abarca a racionalidade consumista na qual simples objetos se apresentam como coisas indispensáveis. Junto a essa lógica ocorre o estímulo para diminuir o tempo de ócio das pessoas e a padronização dos gostos visando assim voltar as atividades sociais para o consumo. Consequentemente os valores passam a se transformar, abordando não só a mercadoria em si, mas o consumo dessa em relação a outras mercadorias, eventos e atividades sociais. A mudança dos valores provocadas pelas transformações de produção capitalista, além de manter um grande número de objetos em forma de mercadorias para o consumo social em que a utilização do conhecimento é estimulada para o surgimento de novas necessidades nos indivíduos, remete mais ao prazer de comprar do que o de suprir as necessidades essenciais de sobrevivência, agregando assim valores voltados para o consumo em que visa um simbolismo presente na ideia de status social.

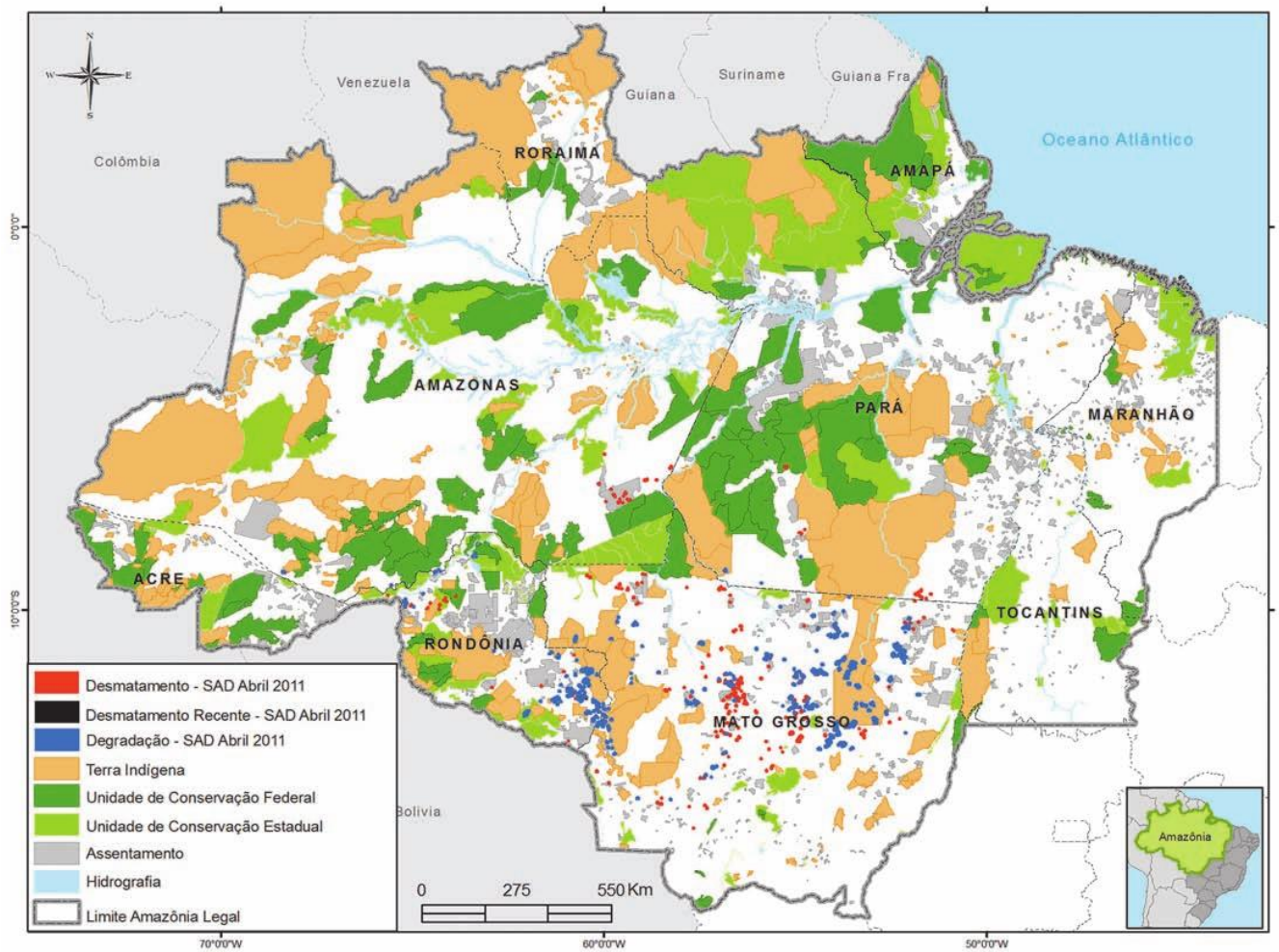
A nova configuração da organização produtiva e consequentemente de valores sociais e culturais vem a reformular também a geografia social, passando a seguir a dinâmica capitalista. Aqui o território é tido como uma relação próxima com o espaço geográfico, uma produção humana historicamente construída em que vem a envolver relações de poder ligadas aos interesses dos agentes sociais envolvidos. Já o espaço geográfico pode ser entendido como uma manifestação fenomênica do espaço marcado por sua singularidade. O território é fruto da produção do espaço geográfico. Espaço onde se projeta o trabalho de natureza intencional que é transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instala. Logo a configuração territorial se faz como o resultado da complexa manifestação social em que perpassam pelas relações capitalistas, na qual sua existência em escala global tende a impor uma ordem segundo os interesses da dinâmica do próprio capital.

Sendo assim as características de território são embasadas nas relações sociais, fazendo assim em cada contexto sócio histórico a configuração das identidades sociais e culturais. A expansão do capital interfere diretamente na elaboração da concepção de território, evidenciando sua relativa flexibilidade e seu caráter simbólico. Logo a definição do espaço territorial contemporâneo pode ser reconfigurada segundo a concorrência ou os interesses das empresas e/ou corporações que se articulam por meio de interesses em comum, estabelecendo novos fluxos de capital e de mercadorias, fato que vem a interferir na dinâmica social.

4. EXERCÍCIOS.

LISTA DE QUESTÕES

1.



O ritmo de desmatamento na Amazônia Legal diminuiu no mês de junho de 2011, segundo levantamento feito pela organização ambiental brasileira Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). O relatório elaborado pela ONG, a partir de imagens de satélite, apontou desmatamento de 99 km2 no bioma em junho de 2011, uma reduçãode 42% no comparativo com junho de 2010. No acumulado entre agosto de 2010 e junho de 2011, o desmatamento foi de 1 534 km2, aumento de 15% em relação a agosto de 2009 e junho de 2010. O estado de Mato Grosso foi responsável por derrubar 38% desse total e é líder no ranking do desmatamento, seguido do Pará (25%) e de Rondônia (21%).

Disponível em: <http://www.imazon.org.br/imprensa/imazon-na-midia>. Acesso em: 20 ago. 2011(com adaptações).

De acordo com as informações do mapa e do texto,

A) foram desmatados 1 534 km2 na Amazônia Legal nos últimos dois anos.

B) não houve aumento do desmatamento no último ano na Amazônia Legal.

C) três estados brasileiros responderam por 84% do desmatamento na Amazônia Legal entre agosto de 2010 e junho de 2011.

D) o estado do Amapá apresenta alta taxa de desmatamento em comparação aos demais estados da Amazônia Legal.

E)o desmatamento na Amazônia Legal, em junho de 2010, foi de 140 km 2 , comparando-se o índice de junho de 2011ao índice de junho de 2010.

2.

A definição de desenvolvimento sustentável usualmente mais usualmente utilizada é a que procura **atender às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras**. O mundo assiste a um questionamento crescente de paradigmas estabelecidos na economia etambém na cultura política. A crise ambiental no planeta, quando traduzida na mudança climática, é uma ameaça real ao pleno desenvolvimento das potencialidades dos países. O Brasil está em uma posição privilegiada para enfrentar os enormes desafios que se acumulam. Abrigam elementos fundamentais para o desenvolvimento: parte significativa da biodiversidade e da água doce existentes no planeta; grande extensão de terras cultiváveis; diversidade étnica e cultural e rica variedade de reservas naturais.O campo do desenvolvimento sustentável pode ser dividido conceitualmente em três componentes: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade econômica e sustentabilidade sociopolítica.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável pressupõe:

A) a preservação do equilíbrio global e do valor dasreservas de capital natural, o que não justifica adesaceleração do desenvolvimento econômico epolítico de uma sociedade.

B) aredefinição de critérios e instrumentosde avaliação de custo-benefício que reflitam os efeitossocioeconômicos e os valores reais do consumo e da preservação.

C) o reconhecimento de que, apesar de os recursosnaturais serem ilimitados, deve ser traçado umnovo modelo de desenvolvimento econômico para a humanidade.

D) a redução do consumo das reservas naturais com a consequente estagnação do desenvolvimentoeconômico e tecnológico.

E) a distribuição homogênea das reservas naturais entre as nações e as regiões em nível global e regional.

3.

A discussão nacional sobre a resolução das complexas questões sociais brasileiras e sobre o desenvolvimento em bases sustentáveis temdestacado a noção de corresponsabilidade e a

decomplementaridade entre as ações dos diversos setores e atores que atuam no campo social. A interação entre esses agentes propicia a trocade conhecimento das distintas experiências, proporciona mais racionalidade, qualidade e eficáciaàs ações desenvolvidas e evita superposições de recursos e competências.

De uma forma geral, esses desafios moldam hoje o quadro de atuação das organizações da sociedade civil do terceirosetor. No Brasil, o movimento relativo a mais exigências de desenvolvimento institucionaldessas organizações, inclusive das fundaçõesempresariais, é recente e foi intensificado a partirda década de 90.BNDES. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. Relato Setorial no 3 AS/GESET.

Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2013 (adaptado).

De acordo com o texto, o terceiro setor

A) é responsável pelas ações governamentais na área social e ambiental.

B) promove o desenvolvimento social e contribui para aumentar o capital social.

C) gerencia o desenvolvimento da esfera estatal, com especial ênfase na responsabilidade social.

D) controla as demandas governamentais por serviços, de modo a garantir a participação do setor privado.

E) é responsável pelo desenvolvimento social das empresas e pela dinamização do mercado de trabalho.

4.

De um ponto de vista econômico, a globalização é a forma como os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias.A superação de fronteiras gerou uma expansão capitalista que tornou possível realizar transaçõesfinanceiras e expandir os negócios para mercadosdistantes e emergentes. O complexo fenômeno da globalização resulta da consolidação do capitalismo,dos grandes avanços tecnológicos e da necessidade de expansão do fluxo comercial mundial. As inovaçõesnas áreas das telecomunicações e da informática (especialmente com a Internet) foram determinantespara a construção de um mundo globalizado.

Disponível em: <www.significados.com.br>.Acesso em: 2 jul. 2013 (adaptado).

Sobre globalização, avalie as afirmações a seguir.

I. É um fenômeno gerado pelo capitalismo, que impede a formação de mercados dinâmicos nos países emergentes.

II. É um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que aprofunda a integração econômica, social,cultural e política.

III. Atinge as relações e condições de trabalhodecorrentes da mobilidade física das empresas.

É correto o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I, II e III.

5.

O Programa Nacional de Educação Ambiental, publicado em 2005 pelo Ministério do Meio Ambiente, propõe que a prática de Educação Ambiental deve ir além da disponibilização de informações: A participação e o controle social destinam-se ao empoderamento dos grupos sociais para intervirem, de modo qualificado, nos processos decisórios sobre o acesso aos recursos ambientais e seu uso. Neste sentido, é necessário que a educação ambiental busque superar assimetrias nos planos cognitivos e organizativos, já que a desigualdade e a injustiça social ainda são características da sociedade. Assim, a prática da educação ambiental deve ir além da disponibilização de informações. Essa perspectiva deve contribuir para a socialização de conhecimentos,inclusive por intermédio do uso de tecnologias voltadas, por exemplo, para reciclagem e desenvolvimento de produtos biodegradáveis, desenvolvidas em universidades, organizações não-governamentais e empresas privadas. Deve-se buscar ainda o aproveitamento adequado de espaços ociosos das universidades públicas e privadas, como laboratórios de pesquisa e outros.

Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2013.

Com base nos princípios acima, diferentes atores sociais que sofrem ou sofrerão interferência direta ou indireta do Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) de Belo Monte devem ser contemplados com iniciativas de Educação Ambiental. Assinale a alternativa que apresenta propostas de Educação Ambiental alinhadas a esses princípios.

A) O foco das propostas de Educação Ambiental para os pescadores enfatizará os estudos da ictiofauna local,tais como dourada, pirarucu e piramutaba, com vistas a garantir seu estoque futuro. Este estudo serárealizado por equipes formadas por pesquisadores de universidades consorciadas.

B) O foco das propostas de Educação Ambiental para os quilombolas preverá a conservação da cultura local, bem como sua disseminação como prática norteadora do desenvolvimento local e doempoderamento dos demais grupos sociais.

C) O foco das propostas de Educação Ambiental para a população urbana será estruturado na busca por maior justiça social a partir da produção de energia elétrica, por meio da escolha de uma nova matriz de desenvolvimento local que gere empregos e dissemine esta proposta.

D) O foco das propostas de Educação Ambiental para os grupos indígenas estará no incentivo à continuidade da exploração de recursos naturais e do extrativismo vegetal, meios de subsistência dessas culturas,estratégia que deve se estender à população da área de influência indireta.

E) O foco das propostas de Educação Ambiental para a população da área de influência direta será a disseminação de conhecimentos, incentivando ações conservacionistas para as áreas naturais, que podem contribuir para a prevenção de doenças como malária, leishmaniose tegumentar e dengue.

6.

Em agosto de 2010, foi publicada a Lei no 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

Acerca desse assunto, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

A) faculta a atribuição de responsabilidade técnica em suas etapas de elaboração, implementação, operacionalização, monitoramento e controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

B) permite o lançamento de resíduos sólidos in natura a céu aberto, desde que esta forma de disposição final seja prevista e descrita no plano original.

C) requer a apresentação de documentação de passivos ambientais apenas quando houver o gerenciamentode resíduos.

D) dispensa a apresentação de ações preventivas e corretivas relacionadas a acidentes de trabalho, pois esta é uma competência do setor de segurança do trabalho.

E) deve contemplar diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, bem como volume e caracterização de resíduos.

7.

Conforme o Decreto no 4.297/2002, Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) é um instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas. Esse instrumento estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinadasa assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população. Além disso, visa organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas. Considerando o tema do decreto mencionado, assinale a alternativa correta.

A) O ZEE dividirá o território em zonas, de acordo com as necessidades econômicas, públicas e privadas de cada região, levando em consideração suas peculiaridades.

B) As potencialidades naturais, os corredoresecológicos, as tendências de ocupação e as condições de vida da população são algunsdos aspectos que devem ser contemplados nodiagnóstico de recursos naturais.

C) O mapeamento de terras indígenas, as unidades de conservação e as áreas de fronteiras estão dispensadas do diagnóstico de recursos naturais.

D) As atividades madeireiras, agrícolas, pecuárias,pesqueiras e de piscicultura estão desobrigadas quanto às diretrizes gerais e específicas.

E) O ZEE prevê que as áreas degradadas sejamexcluídas do zoneamento, por não assegurarem a manutenção dos serviços ambientais.

8.

Com a globalização da economia social por meio das organizações não governamentais, surgiu uma discussão do conceito de empresa, de sua forma de concepção junto às organizações brasileiras e de suas práticas. Cada vez mais, é necessário combinar as políticas públicas que priorizam modernidade e competividade com esforço de incorporação dos setores atrasados, mais intensivos de mão de obra.

A respeito dessa temática, avalie as afirmações a seguir:

I – O terceiro setor é a mistura de dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o privado, representado pelo empresariado em geral.

II – É o terceiro setor que viabiliza o acesso da sociedade à educação e ao desenvolvimento de técnicas industriais, econômicas, financeiras, políticas e ambientais.

III – A responsabilidade social tem resultado na alteração do perfil corporativo a estratégico das empresas, que tem reformulado a cultura e a filosofia que orientam as ações institucionais.

Esta correto o que se afirma em:

A) I apenas.

B) II apenas.

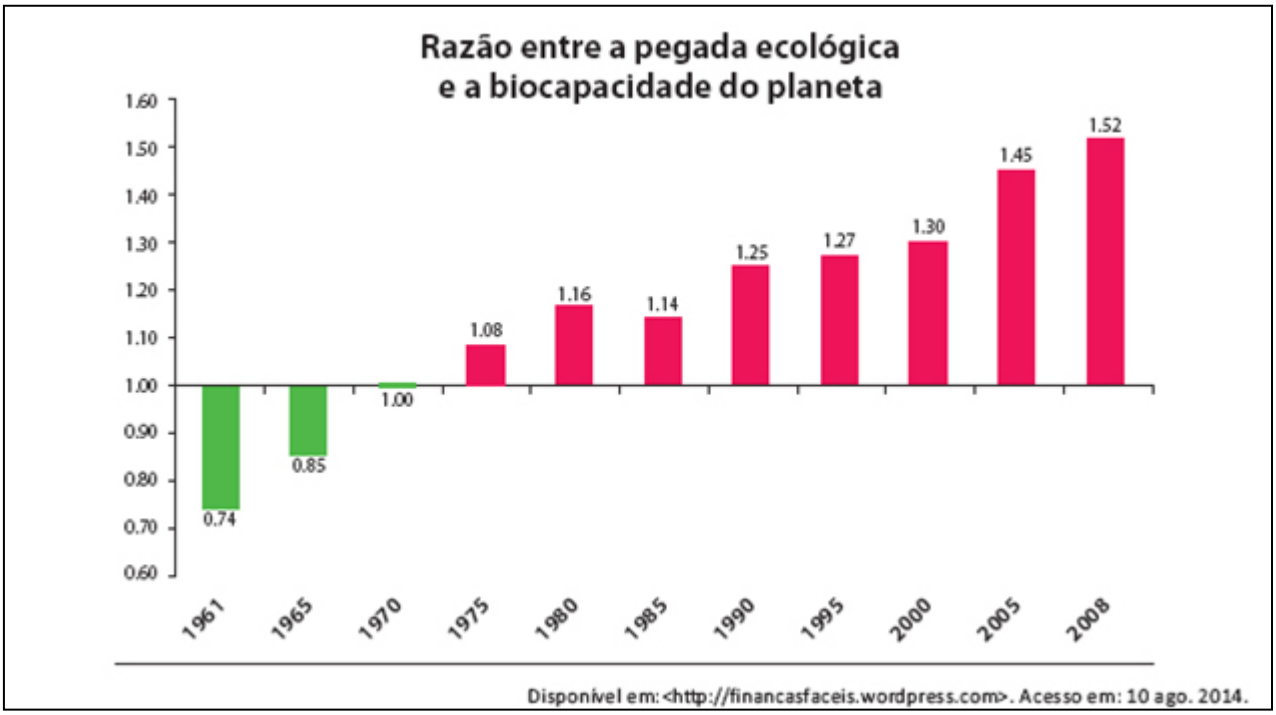
C) I e III apenas.

D) II e III apenas.

E) I, II e III apenas.

9.

Pegada pedagógica é um indicador que estima a demanda ou a exigência humana sobre o meio ambiente, considerando-se o nível de atividade para atender ao padrão de consumo atual (com a tecnologia atual). É, de certa forma, uma maneira de medir o fluxo de ativos ambientais de que necessitamos para sustentar nosso padrão de consumo. Esse indicador é medido em hectare global, medida de área equivalente a 10.000m². Na medida hectare global, são consideradas apenas as áreas produtivas do planeta. A biocapacidade do planeta, indicador que reflete a regeneração (natural) do meio ambiente, é medida também em hectare global. Uma razão entre pegada pedagógica e biocapacidade do planeta igual a 1 indica que a exigência humana sobre os recursos do meio embiente é resposta na sua totalidade pelo planeta, devido à capacidade natural de regeneração. Se for maior que 1, a razão indica que a demanda humana é superior à capacidade do planeta de se recuperar e, se for menor que 1, indica que o planeta se recupera mais rapidamente.



O aumento da razão entre pegada ecológica e biocapacidade representado no gráfico evidencia:

A) Redução das áreas de plantio do planeta para valores inferiores a 10.000m² devido ao padrão atual de consumo de produtos agrícolas.

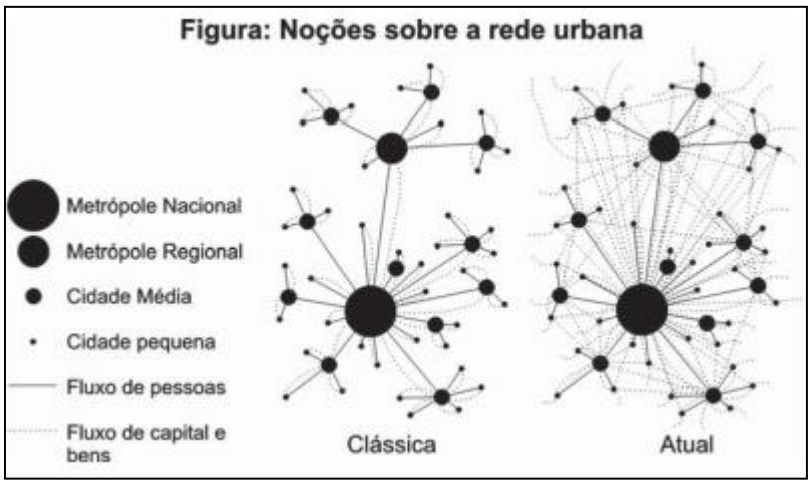
B) Aumento gradual da capacidade natural de regeneração do planeta em relação às exigências humanas.

C) Reposição dos recursos naturais pelo planeta em sua totalidade frente às exigências humanas.

D) Incapacidade de regeneração natural do planeta ao longo do período 1961-2008

E) Tendência a desequilíbrio gradual e contínuo da sustentabilidade do planeta.

10.



O progresso técnico e os fatores institucionais facilitam o transporte de bens e pessoas, as comunicações e a mobilidade do capital, redundando no aumento de inter-relações e interdependência econômica entre firmas, cidades e países. A rede urbana sofre transformações sob o efeito da globalização econômico-financeira, assim, a complementaridade entre centros urbanos de mesmo nível hierárquico conhece um aumento.

SOUZA, M. L. ABC do desenvolvimento urbano. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011 (adaptado).

Com base na figura e o texto, em relação às noções sobre a rede urbana, é correto afirmar que

A) na noção atual, a rede urbana hierárquica mantém-se e é superposta por novos fluxos de capitais e bens.

B) na noção clássica, o progresso técnico, apesar de determinar a noção de hierarquia urbana, restringia o fluxo de capitais e de pessoas.

C) na noção clássica, as cidades pequenas mantêm relações hierárquicas com cidades médias e anárquicas com metrópoles nacionais.

D) na noção atual, as metrópoles nacionais perdem seu poder hierárquico face à ampliação dos papéis das cidades médias e das metrópoles regionais.

E) na noção atual, as cidades pequenas rompem relações com centros intermediários e o fluxo de capital segue direto para metrópoles regionais e nacionais.

11.

Muitas vezes os projetos governamentais preocupam-se apenas com os impactos ambientais e esquecemos impactos sociais, os sentimentos envolvidos, as histórias e tradições

interrompidas e os hábitos e costumes que formam a identidade dos povos da bacia, como indígenas e quilombolas.

Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.brx. Acesso em: 19 ago. 2014 (adaptado).

A respeito do tema exposto acima, é correto afirmar que

A) apesar de a construção de barragens para a geração de energia hidrelétrica causar graves impactos sociais devido ao deslocamento de comunidades, ela não gera impactos físico-naturais, uma vez que a energia gerada pelo sistema hidrelétrico é renovável.

B) o deslocamento de comunidades para a construção de grandes projetos hidrelétricos pode ser considerado um exemplo claro de injustiça ambiental, pois a comunidade deslocada arca com o maior ônus de um empreendimento que beneficiará, em sua maioria, outra parte da sociedade.

C) para a legislação ambiental brasileira, é considerado impacto ambiental apenas o que afeta os meio físico e biótico, ficando desprotegidos pela lei ambiental aspectos sociais e econômicos, o que explica o problema revelado no texto.

D) a construção de barragens para geração de energia hidrelétrica, além de deslocar comunidades, é responsável por uma redução significativa da vazão fluvial média anual do rio, afetando os habitats a jusante do barramento.

E) os barramentos não afetam a vazão fluvial líquida do rio, mas apenas a vazão sólida, pois o nível de água das represas funciona como um nível de base local, favorecendo a deposição de sedimentos e diminuindo, consequentemente, a quantidade de sedimentos transportados a jusante do barramento.

12.

Cerca de 600 militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) estão em frente à sede de Furnas, no Rio de Janeiro, em apoio ao dia internacional de luta contra as barragens. De acordo com representantes do MAB, outras manifestações estão sendo feitas em seis capitais brasileiras. Nesta quarta-feira, comemora-se o Dia Internacional de Luta contra as Barragens. Um grupo está reunido com o presidente de Furnas, Flávio Decat, para discutir as reivindicações da entidade. Com a manifestação na estatal, os atingidos por barragens querem pressionar o governo federal por mudanças no atual modelo energético e cobrar mais atenção às famílias desalojadas pelos lagos."O Estado brasileiro planeja e coordena toda política energética e financia até 80% das obras com dinheiro público do BNDES. No entanto, não há política de Estado para os atingidos pelas barragens", diz Soniamara Maranho, da coordenação nacional do MAB. Entre as principais reivindicações do Movimento estão a criação de uma política nacional que estabeleça diretrizes e critérios no tratamento dos direitos desta população e um fundo de auxílio cujos recursos seriam usados para reparar as perdas e prejuízos das pessoas afetadas pela construção de barragens, garantindo reassentamento adequado, assistência técnica, créditos e verba de manutenção.

Considerando o texto acima e as consequências dos de alagamentos de áreas no Brasil para a construção de barragens, avalie as afirmações a seguir:

I – A geração de energia limpa no Brasil por meio de hidrelétricas é exemplo para outros países e não traz passivos socioambientais.

II – O movimento dos Atingidos por Barragens apoia a política energética brasileira, mas reivindica também uma política de assitência para as comunidades que fazem parte do movimento.

III – O alagamento de áreas para a criação de barragens é responsável por sérios passivos socioambientais; as populações são atingidas diretamente pelas águas em suas propriedades rurais, casase até aglomeramentos urbanos. Impactos indiretos são causados: perda de laços comunitários, separação de famílias, inundação de locais sagrados para comunidades, além do desaparecimento de importantes áreas florestais e hábitats de animais, entre outras consequências.

IV – O alagamento de áreas para a construção de hidrelétricas pode ser responsável pela extinção de espécies vegetais e animais que ainda não foram estudadas e catalogadas por comunidades científicas.

É correto apenas o que se afirma em:

A) I e II.

B) II e III.

C) III e IV.

D) I, II e IV.

E) I, III e IV.

13.

As mudanças no padrão técnico dificilmente surgem da iniciativa dos agentes locais, mas, sim, para quepossam atender às exigências do mercado. As empresas aumentam a produtividade e melhoram a qualidade daprodução, o que, muitas vezes, eleva os custos e implica conexões transescalares para a compra de insumos e acomercialização da produção. Dessa forma, a técnica a ser implantada segue em consonância com os interessesdo mercado. E, ainda, a tomada de decisões, no quediz respeito às características do processo produtivo, é centralizada e verticalizada, devido ao interesse dasindústrias a montante.

SILVA, E. Comercialização e Subordinação da Agricultura Familiar no Estado doRio de Janeiro. In: MARAFON, G. F., PESSÔA, V. L. S.Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais.Uberlândia: Assis Editora, 2008, p. 88.

Os novos modelos de produção surgem de maneira simultânea às mudanças no mundo do trabalho e,associados às novas técnicas de produção e à necessidadede busca constante por competitividade, são responsáveis pela

A) criação de políticas de favorecimento do capital social coletivo, para atender a dinâmica de mercado.

B) verticalização do processo produtivo, no sentido de se manter uma estrutura rígida e pragmática.

C) mudança nas estratégias de gestão organizacional e de ordenamento territorial.

D) multiplicação das escalas de produção e de consumo, favorecendo a distribuição e a descentralização docapital financeiro.

E) institucionalização de parâmetros que priorizem aqualidade da produção, em detrimento de custosmateriais, o que garante maior vantagem comparativa.

Gabarito

1. Alternativa C
2. Alternativa B
3. Alternativa B
4. Alternativa D
5. Alternativa E
6. Alternativa E
7. Alternativa B
8. Alternativa C
9. Alternativa E
10. Alternativa A
11. Alternativa B
12. Alternativa C
13. Alternativa C

5. Considerações Finais.

Muito bem, querido concurseiro. Se você chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não se esqueça, também, dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois "quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar". Encontro você na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.